



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERMÉDIA

[Lisboa, outubro de 2017]

ÍNDICE

Introdução.....	2
1. Finalidades, objetivos, âmbito e destinatários	3
2. Atividades previstas	5
3. Atividades realizadas	7
3.1 Conceção e desenvolvimento	7
3.2 Formação interna	8
3.3. Elaboração de suportes de informação e comunicação	9
3.4 Instrumentos de informação a cargo da ACT e de apoio à ação inspetiva.....	11
3.5 Seminário de lançamento da Campanha	11
3.6 Dinamização de ações de sensibilização.....	12
3.7. Guia de Boas Práticas na colocação e acolhimento dos trabalhadores temporários – Referências metodológicas para a identificação de boas práticas	15
4. A intervenção inspetiva.....	17
4.1 Recursos mobilizados, visitas e procedimentos inspetivos.....	17
4.2 Referências legais fundamentais:	18
5. Reformulação do cronograma inicial das atividades	19
Conclusões	21

Introdução

A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) encontra-se a desenvolver, em conjunto com os parceiros sociais, desde abril de 2016, a **Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários**, com o objetivo de promover a igualdade de tratamento em matéria de segurança e saúde no trabalho, entre os trabalhadores temporários e os trabalhadores das empresas utilizadoras, o que pressupõe uma aposta na dinamização de uma cultura de segurança.

Para tanto, esta Campanha pretende sedimentar um conjunto de boas práticas ao nível da gestão de segurança e saúde no trabalho com particular incidência nos momentos da colocação e do acolhimento dos trabalhadores temporários, com o intuito de, simultaneamente, contribuir para a redução da sinistralidade laboral.

A especificidade da relação de trabalho, protagonizada por três sujeitos – o trabalhador temporário, a empresa de trabalho temporário e a empresa utilizadora - dá azo a um modelo de vínculo laboral tripartido que poderá tornar mais complexas as relações entre eles, podendo afetar o propósito de proporcionar um trabalho seguro a estes trabalhadores. A duração deste tipo de contrato proporciona menos tempo para conhecer a atividade e a variabilidade das situações de trabalho no espaço e no tempo dificulta ao trabalhador temporário a perceção dos riscos profissionais a que está exposto. Em regra, estes trabalhadores estão menos informados dos riscos e das estratégias de prevenção implementadas para os prevenir, pelo que terão menor capacidade de prever o perigo e antecipar a decisão.

Tal contribui para que a incidência de acidentes de trabalho seja superior neste grupo de trabalhadores relativamente a outros.¹

Por outro lado, o aumento de trabalhadores que mantêm uma relação de trabalho temporário dá nota da dimensão dos problemas potenciais. Em Portugal existem cerca de 220 Empresas de Trabalho Temporário licenciadas, encontrando-se o maior número na região de Lisboa e Vale do Tejo, com 111, o Norte com 83, o Centro com 12, o Algarve com 8 e o Alentejo com 6 (www.iefp.pt).

Neste sentido, a Estratégia Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 - *"Por um Trabalho Seguro, Saudável e Produtivo"* - ao preconizar como objetivo estratégico *"diminuir o número de acidentes de trabalho em 30% e a taxa de incidência de acidentes de trabalho em 30%"*, também identifica os trabalhadores temporários como público-alvo importante para o desenvolvimento de ações de prevenção (Medida 3).

A sessão de lançamento da Campanha ocorreu em abril de 2016, tendo a mesma vindo a desenvolver-se em 3 eixos de atuação: (i) informação, sensibilização e formação; (ii) promoção e implementação de boas práticas e (iii) intervenção inspetiva.

Afigura-se assim necessário proceder à apresentação do presente Relatório de Avaliação Intermédia, dando nota das atividades desenvolvidas procurando avaliar o impacto das mesmas. Mais se elencarão as atividades previstas e as pendentes de realização por razões de dificuldade no seu agendamento.

1. Finalidades, objetivos, âmbito e destinatários

Esta Campanha centra-se no desenvolvimento de formas de cooperação entre os vários intervenientes desta relação laboral – empresa de trabalho temporário, empresa

¹ EUROFOUND (2007) " Temporary agency work in the European Union" - <https://www.eurofound.europa.eu/observatories/eurwork/comparative-information/temporary-agency-work-in-the-european-union>

utilizadora de trabalho temporário e trabalhador temporário, de forma a que os trabalhadores temporários beneficiem do mesmo nível de proteção em matéria de segurança e saúde no trabalho que os restantes trabalhadores do utilizador.

Espera-se que, com a execução desta Campanha, se prossigam as seguintes finalidades:

- promover a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores temporários em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- dinamizar uma cultura de segurança nos locais de trabalho;
- promover a cooperação entre as empresas de trabalho temporário e as utilizadoras;
- dinamizar as atividades de prevenção das empresas de trabalho temporário e das utilizadoras, em especial a avaliação de riscos nos locais de trabalho;
- contribuir para a redução da sinistralidade laboral;
- promover e implementar a divulgação de boas práticas na colocação e acolhimento dos trabalhadores temporários.

A Campanha tem como objetivo estratégico estimular uma cultura de prevenção de riscos profissionais, promover a segurança e potenciar boas práticas na colocação e no acolhimento dos trabalhadores temporários e reduzir a sinistralidade laboral.

A consecução deste objetivo estratégico apoia-se no desenvolvimento de objetivos operacionais com os quais se pretende que a Campanha seja um contributo para a identificação, divulgação e difusão de boas práticas na colocação e no acolhimento dos trabalhadores temporários, pretendendo-se garantir a igualdade dos trabalhadores temporários em relação aos demais trabalhadores, na medida em que todos devem beneficiar do mesmo nível de proteção em matéria de segurança e saúde no trabalho.

A *Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários* tem como principais destinatários as empresas de trabalho temporário, os trabalhadores temporários e as empresas utilizadoras, com especial enfoque nos seguintes setores de atividade: as centrais de atendimento telefónico, a indústria transformadora, os transportes e a logística, a agricultura e construção civil, sem prejuízo de outros que se julguem pertinente durante a Campanha.

As atividades da Campanha têm vindo a ser desenvolvidas pelos serviços desconcentrados da ACT, em todo o território nacional continental incidindo, preferencialmente, nos seguintes setores de atividade: indústria transformadora, construção civil, agricultura, centrais de atendimento e transportes/logística.

2. Atividades previstas

A Campanha estrutura-se em três eixos de atuação: (i) informação/sensibilização/formação; (ii) promoção e implementação de boas práticas e (iii) intervenção inspetiva.

O desenvolvimento da Campanha contempla, de acordo com o cronograma que adiante se indica, tarefas/iniciativas da responsabilidade:

- da ACT;
- da ACT em parceria com outras entidades (parceiros sociais)

As atividades desenvolvidas têm carácter diversificado, porquanto foram enquadradas num Programa de Ação que inclui:

- produção de instrumentos de informação/divulgação;
 - ações de informação e sensibilização;
 - ações de formação;
 - ação inspetiva da ACT.
-

Quadro 1 – Cronograma inicial das atividades

ATIVIDADES	2016												2017		
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar
Envolvimento de parceiros sociais – contactos e Protocolos; Envolvimento dos parceiros institucionais															
Elaboração de suportes de comunicação															
Seminário de lançamento do Campanha Nacional															
Dinamização/apoio a Seminários, <i>workshops</i> , ações de informação e sensibilização															
Formação de trabalhadores e dirigentes da ACT															
Ações inspetivas															
Avaliação da Campanha Nacional															
Seminário de encerramento															

3. Atividades realizadas

3.1 Conceção e desenvolvimento

Os parceiros sociais têm um papel muito importante na melhoria das condições de trabalho. Sendo conhecedores da realidade, podem desencadear um processo alargado de participação dos empregadores e dos trabalhadores na Campanha, que importa privilegiar.

Neste sentido os parceiros sociais foram convidados a participar na Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários. O seu envolvimento foi consubstanciado na preparação e no desenho do programa enquadrador das atividades da Campanha e culminou com a assinatura de um Protocolo com a ACT. O Protocolo evidencia o seu compromisso com a Campanha, as formas de participação no desenvolvimento da mesma e os mecanismos de acompanhamento.

Os parceiros sociais envolvidos foram os seguintes:

APESPE-RH – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego;

CIP - Confederação Empresarial de Portugal;

CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal;

CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal;

CTP – Confederação do Turismo de Portugal e

UGT – União Geral de Trabalhadores

No início de 2016, foram realizadas duas reuniões preparatórias tendo em vista concretizar e aprovar o programa enquadrador. Participaram nessas reuniões a Direção e representantes da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e representantes dos parceiros suprarreferidos, e ainda representantes da CGTP-IN.

Os mecanismos de acompanhamento foram operacionalizados através da constituição de uma comissão de acompanhamento, com funções consultivas e de composição tripartida integrando os parceiros setoriais suprarreferidos. A coordenação da campanha e a comissão de acompanhamento são apoiadas por um Grupo de Trabalho integrado por profissionais da ACT.

A sessão de lançamento da Campanha ocorreu em abril de 2016, tendo a mesma vindo a desenvolver-se em 3 eixos de atuação: (i) informação, sensibilização e formação; (ii) promoção e implementação de boas práticas e (iii) intervenção inspetiva.

Até à presente data foram realizadas 2 reuniões com os parceiros sociais no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Campanha:

- 24.05.2016 - com Apespe-Rh; CCP; CIP; UGT
- 18.10.2016 – com Apespe-Rh; CCP; CAP; CTP; UGT

3.2 Formação interna

Com o objetivo de criar competências, desenvolver instrumentos e sistematizar procedimentos que habilitassem os inspetores do trabalho da ACT a intervir em matéria de segurança e saúde para os trabalhadores temporários, foi ministrada formação de preparação para a intervenção nos domínios relevantes para os objetivos operacionais identificados para a Campanha.

Esta formação abrangeu, em 2016, 45 formandos. A programação da formação compreendeu duas sessões presenciais de 3h30m cada, em sala, sobre o desenvolvimento da Campanha e metodologias de intervenção inspetiva. Estas ações decorreram em Lisboa e Porto em 26 e 29 de abril de 2016, respetivamente.

3.3. Elaboração de suportes de informação e comunicação

Para apoio e utilização, pelos parceiros interessados, nas diversas atividades desenvolvidas no âmbito da Campanha foram disponibilizados os seguintes instrumentos de comunicação e informação:

- Criação do logotipo da Campanha



- Elaboração de instrumentos de divulgação: cartaz, folhetos informativos (dípticos) e monofolha

Cartaz	Díptico "Informação geral"	Díptico "Acolhimento de trabalhadores"	Monofolha "Direitos e deveres do trabalhador temporário"
			

- Spot de rádio

Os materiais produzidos em suporte papel foram distribuídos pelos parceiros sociais e pelos serviços desconcentrados da ACT envolvidos na Campanha, para apoio às atividades que realizaram:

- um cartaz – num total de 1.500 exemplares;
- uma monofolha referente a direitos e deveres do trabalhador temporário – 15.000 exemplares
- Produção de dois folhetos (dípticos) referentes a (i) informação geral (10.000 exemplares) e ao acolhimento e integração de trabalhadores temporários (10.000 exemplares).

Estão, ainda, disponíveis em formato digital, um caderno informativo e um guia prático de SST, este último da responsabilidade da Apespe-Rh.

Todos estes instrumentos de informação encontram-se disponíveis em formato digital no sítio da ACT na internet.

O alcance que a campanha junto dos respetivos destinatários, tem reflexo na consulta e *download* dos instrumentos de informação disponíveis no sítio da ACT na *internet*, nas redes sociais, como se evidencia nos quadros seguintes.

Quadro 2 – Instrumentos de informação no sítio *Internet* da ACT

Instrumentos de informação	Downloads (nº) (até 15.07.2017)
Cartaz	2 777
Monofolha	5 039
Díptico cooperação e informação da ETT e EUTT	3 604
Díptico etapas para acolhimento e boa integração dos TT	3 344
Caderno informativo	3 235
Guia prático de SST	3 237
<i>Spot</i> de rádio	1 018

Quadro 3 – A campanha nas redes sociais

Redes Sociais	Publicações	Visualizações/gostos
<i>Youtube</i>	6 vídeos	378 visualizações
<i>Instagram</i>	1 vídeo	26 visualizações
<i>Facebook</i>	25 <i>posts</i>	1766 gostos
<i>Twitter</i>	11	30 gostos; 8 <i>retweets</i>

3.4 Instrumentos de informação a cargo da ACT e de apoio à ação inspetiva

Foram elaborados diversos instrumentos de apoio ao desenvolvimento da Campanha e à prossecução das ações de sensibilização/informação e ação inspetiva, a saber:

- Programa base de formação interna dos inspetores do trabalho;
- Modelos de apresentação em powerpoint para apoio às ações de sensibilização;
- Guia de ação inspetiva;
- Lista de verificação para utilização nas visitas inspetivas às Empresas de Trabalho Temporário (ETT);
- Lista de verificação para utilização nas visitas inspetivas às Empresas Utilizadoras de Trabalho Temporário (EUTT).

3.5 Seminário de lançamento da Campanha

As atividades da Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários foram iniciadas com uma sessão pública de lançamento realizada no dia 21 de abril de 2016, no auditório da Escola Superior de Tecnologia da Saúde, em Lisboa.

A sessão de abertura contou com a presença do Inspetor Geral da ACT, Pedro Pimenta Braz e do Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, João Lobato.

Seguiram-se duas apresentações de enquadramento da temática da Campanha: “Apresentação da Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários” e “Breve enquadramento legal da segurança e saúde no trabalho temporário”.

Os trabalhos prosseguiram com a dinamização de dois painéis:

- Painel I – A Segurança e Saúde nos Trabalhadores Temporários – a responsabilidade partilhada – o papel dos atores sociais, o qual contou com a

participação de representantes dos parceiros sociais – UGT, CCP, CTP, e da APESPE RH;

- Painel II – A Prevenção de Riscos Profissionais no Trabalho Temporário – Aptidão para o Trabalho e Gestão de Riscos, o qual contou com a participação do Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina no Trabalho, e do Presidente da Sociedade Portuguesa de Segurança e Higiene Ocupacional.

A sessão de encerramento contou com a presença do Sr. Subinspetor-Geral da ACT, Manuel Maduro Roxo.

Na referida sessão estiveram presentes cerca de 200 participantes.

3.6 Dinamização de ações de sensibilização

As ações de sensibilização foram promovidas por cada um dos Centros e Unidades Locais da ACT cumprindo as ações previstas no 2.2 e 2.3 do subprograma 2 do Programa Enquadrador.

As ações de sensibilização foram dirigidas aos trabalhadores temporários, às empresas de trabalho temporário, às empresas utilizadoras de trabalho temporário, às empresas prestadoras de serviços externos, aos técnicos de segurança no trabalho e aos médicos do trabalho.

Até à presente data, foram realizadas 115 ações de sensibilização, com cerca de 5.524 participantes.

Quadro 4 – Ações de informação

Serviços Locais	N.º de ações	N.º de participantes
Centro Local da Beira Alta	1	76
Centro Local da Beira Interior	1	39
Centro Local da Lezíria e Médio Tejo	1	60
Centro Local da Península de Setúbal	6	193
Centro Local de Entre Douro e Vouga	13	735
Centro Local de Lisboa Ocidental	4	160
Centro Local de Lisboa Oriental	8	1 174
Centro Local de Portimão	2	37
Centro Local do Alentejo Central	2	56
Centro Local do Alto Alentejo	2	27
Centro Local do Alto Minho	2	65
Centro Local do Ave	4	79
Centro Local do Baixo Vouga	4	126
Centro Local do Douro	1	20
Centro Local do Grande Porto	8	252
Centro Local do Lis	4	402
Centro Local do Mondego	1	15
Centro Local do Nordeste Transmontano	4	365
Centro Local do Oeste	5	186
Unidade de Apoio ao CL da Lezíria e Médio Tejo (Tomar)	2	62
Unidade de Apoio ao Centro Local do Douro (Lamego)	1	17
Unidade de Apoio ao CL do Mondego (Figueira da Foz)	2	17
Unidade de Apoio ao CL do Oeste (Caldas da Rainha)	2	32
Unidade Local da Covilhã	1	23
Unidade Local de Braga	2	187
Unidade Local de Faro	3	57
Unidade Local de Penafiel	4	208
Unidade Local de Setúbal	9	375
Unidade Local de Vila Franca de Xira	4	77
Unidade Local de Viseu	2	231
Unidade Local do Barreiro	2	118
Unidade Local do Litoral e Baixo Alentejo	7	35
DSAAI + DPSST	1	18
Totais	115	5 524

Figura 1 - Representação gráfica das entidades que participaram no desenvolvimento das ações de sensibilização

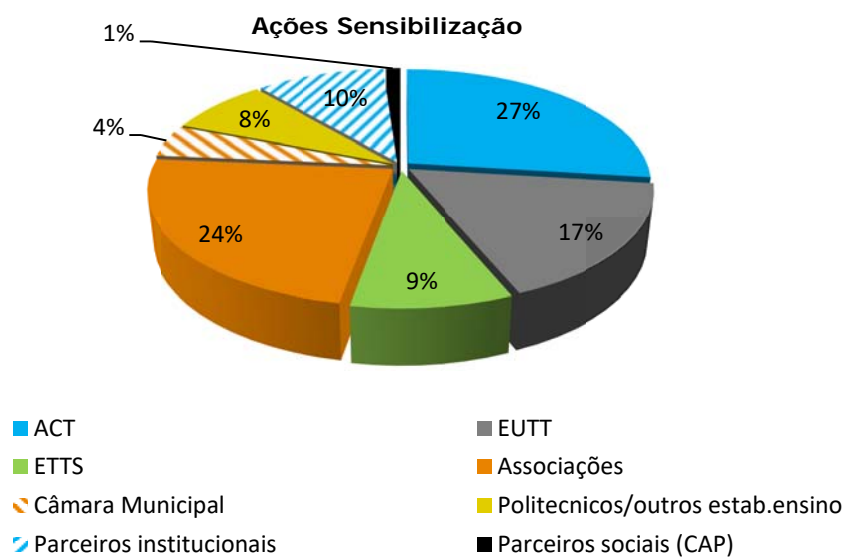


Figura 2 - Representação gráfica da tipologia das atividades

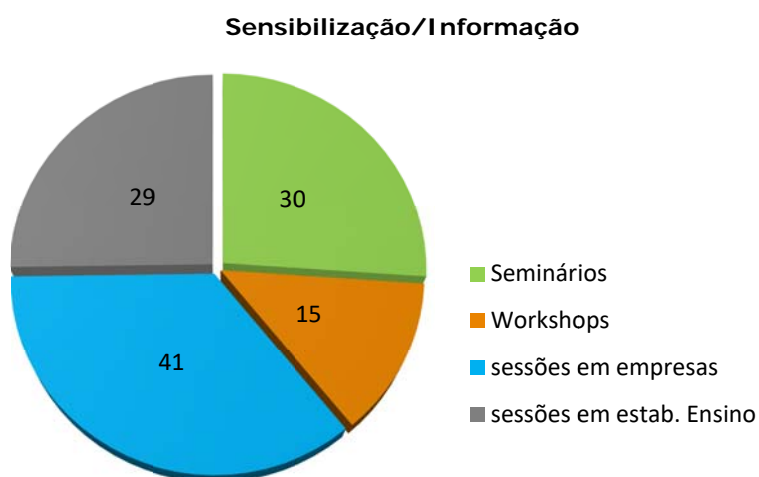
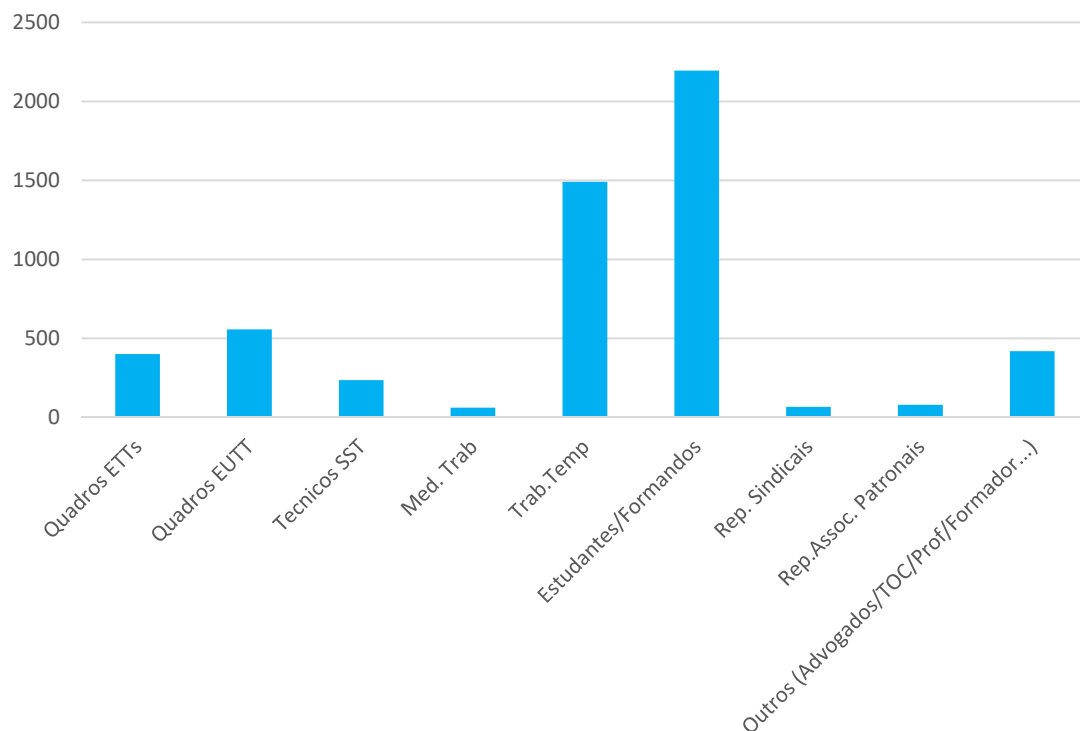


Figura 3 - Caracterização dos participantes por situação profissional



3.7. Guia de Boas Práticas na colocação e acolhimento dos trabalhadores temporários – Referências metodológicas para a identificação de boas práticas

Com este trabalho pretende-se identificar boas práticas existentes, quer na colocação quer no acolhimento dos trabalhadores temporários.

Para tal foi elaborado um documento de “Referências metodológicas para a identificação de boas práticas”.

Todas as empresas de trabalho temporário foram convidadas a participar neste projeto, de adesão voluntária.

Pretende-se visitar 6 empresas de trabalho temporário e, em cada uma destas seleccionar três empresas utilizadoras a visitas, num total de 18.

Para o efeito foram constituídas duas equipas de trabalho, compostas inicialmente, por dois elementos cada, e numa fase posterior, por três elementos cada, sendo a coordenação das mesmas assegurada por um(a) técnico(a) superior afeto(a) à promoção da SST.

Manifestaram interesse em colaborar as seguintes ETTS:

- Randstad – Recursos Humanos, Empresa de Trabalho Temporário SA;
- Synergie – Empresa de Trabalho Temporário SA;
- Manpower Group;
- Visatempo – Trabalho Temporário Lda;
- VRH Job Center – Formação, Trabalho Temporário & Consultadoria Lda;
- Suporte – Empresa de Trabalho Temporário SA;

Até à presente data foram realizadas visitas a 4 empresas de trabalho temporário - Manpower Group; Randstad – Recursos Humanos, Empresa de Trabalho Temporário SA; VRH Job Center – Formação, Trabalho Temporário & Consultadoria Lda e Suporte – Empresa de Trabalho Temporário SA e duas visitas a empresas utilizadoras de trabalho temporário: BI-JOY, Distribuição Comércio Produtos Representados, S.A. e Steel4u - Soluções Industriais, Lda.

Nestas visitas pretende-se recolher informação que permita aferir o grau de envolvimento dos vários interlocutores no cumprimento das obrigações em matéria de segurança e saúde procedendo ao levantamento dos indicadores administrativos, estruturais, funcionais e culturais de cada empresa.

Tendo em consideração o cumprimento dos objetivos propostos com a presente iniciativa há que agendar a realização das visitas em falta a fim de se poder iniciar a análise e discussão dos dados e resultados obtidos com vista à elaboração de um guia de boas práticas na colocação e acolhimento dos trabalhadores temporários, cuja elaboração será da responsabilidade do GT da Campanha.

4. A intervenção inspetiva

4.1 Recursos mobilizados, visitas e procedimentos inspetivos

Foram emanadas orientações da direção ACT com o objetivo de harmonizar o desenvolvimento das ações inspetivas por todos os serviços desconcentrados da ACT (através do Ofício Circular nº 04/DirACT/2017 de 26/01), no âmbito do desenvolvimento da Campanha Nacional de Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários.

Foi elaborado e disponibilizado um Guia de ação inspetiva, e duas listas de verificação para apoiar e harmonizar no desenvolvimento das visitas inspetivas nas ETT e EUTT.

Quadro 5 – Intervenção inspetiva de 01.01.2017 a 30.09.2017

Intervenções	N.º
N.º de inspetores envolvidos nas ações	161
N.º de trabalhadores temporários beneficiários da ação	709
Procedimentos inspetivos adotados:	11 861
Notificação para Tomada de Medidas	435
Auto de Advertência/Advertência	257
Auto de Notícia	152
[moldura sancionatória mínima: 62 220,00€]	

Nota: os dados apresentados foram recolhidos do sistema de informação da atividade inspetiva em 03.10.2017, referentes à atividade registada de 01.01.2017 a 30.09.2017

Como se constata, verifica-se a adoção, em número significativo, do procedimento inspetivo de notificação para tomada de medidas, o qual tem como finalidade obter a melhoria das condições de segurança e saúde em que os trabalhadores prestam a sua atividade, destacando-se com maior prevalência as seguintes matérias:

- Falta de identificação e avaliação de riscos dos postos de trabalho;
- Falta de formação em segurança e saúde aos trabalhadores aos temporários;
- Falta de informação em segurança e saúde aos trabalhadores aos temporários;
- Falta de cumprimento do dever de cooperação entre ETT e EUTT.

No que diz respeito a procedimentos contraordenacionais, verificaram-se incumprimentos nomeadamente nas seguintes matérias:

- Exames de saúde;
- Dever de cooperação entre ETT e EUTT;
- Existência de meios de combate a incêndios.

Quadro 6 - Empresas abrangidas pela intervenção inspetiva:

Dimensão das Empresas	Nº entidades acompanhadas
Micro (até 9 trabalhadores)	132
Pequena (10 até 49 trabalhadores)	82
Média (50 até 249 trabalhadores)	103
Grande (mais de 250 trabalhadores)	121
Total	438

4.2 Referências legais fundamentais:

- Regime específico para o trabalho temporário
 - Diretiva 91/383/CEE, de 25 de junho de 1991, alterada pela Diretiva 2007/30/CE, de 20 de junho de 2007, sobre a segurança e a saúde dos trabalhadores que têm uma relação de trabalho a termo ou uma relação de trabalho temporário;
 - Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho (CT) e sucessivas alterações;
 - Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro que regula o regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário e sucessivas alterações.

- Regime quadro da segurança e saúde no trabalho
 - Diretiva 89/391/CEE, de 12 de junho de 1989, diretiva-quadro sobre a segurança e saúde no trabalho;
 - Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho (LPSST), e sucessivas alterações.

5. Reformulação do cronograma inicial das atividades

À presente data, verifica-se um desvio temporal no desenvolvimento das atividades da Campanha previstas face ao cronograma inicial, em virtude de constrangimento vários, nomeadamente a recomposição do grupo de trabalho de apoio ao desenvolvimento da Campanha, a dificuldade no agendamento das visitas às empresas (de trabalho temporário e utilizadoras) no âmbito da recolha de boas práticas.

Acresce ainda que, no decurso da Campanha surgiram um conjunto de preocupações por parte das diversas entidades envolvidas – empresas de trabalho temporário, empresas utilizadoras, parceiros, associações e mesmo dos serviços desconcentrados da ACT – às quais se entendeu dar resposta, procedendo-se assim à reformulação do cronograma inicial, das atividades, cfr. quadro infra.

Tais preocupações assentam em algumas questões relativas à definição do conteúdo e geometria de um conjunto de atividades de gestão de segurança e saúde no trabalho, características da atividade de uma empresa de trabalho temporário e da sua relação com as empresas utilizadoras, as quais carecem de análise sobre a perspetiva de intervenção, designadamente:

- Realização de exames de saúde pela ETT – tipologia e periodicidade;
- Conceção de programa de informação, elaborando e divulgando instruções compreensíveis e adequadas à atividade a desenvolver pelo trabalhador temporário;
- Troca de informação com a empresa utilizadora;
- Recolha e tratamento de dados estatísticos da sinistralidade;

- Análise das causas da ocorrência de acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais e elaboração dos respetivos relatórios;
- Gestão da documentação administrativa da segurança e saúde (dados para o relatório único – Anexo D, participações obrigatórias);
- Realização de atividades de consulta aos trabalhadores temporários – conteúdos e periodicidade.

Entendeu-se, pois, ser da maior importância realizar uma reflexão conjunta sobre os assuntos supra de forma a consensualizar doutrina para posterior elaboração de suportes de informação (orientações internas e/ou suportes informativos públicos).

De referir, ainda, que o CARIT lançou no passado dia 20 de setembro uma Campanha Europeia sobre a mesma temática – Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários // *"Safety and Health of Temporary Agency Workers"*, à qual Portugal aderiu – e que decorrerá no período de outubro/2017 a maio/2019. Acresce que, a intervenção inspetiva será realizada de outubro de 2017 a outubro de 2018, sendo de perspetivar o prolongamento da Campanha nacional com esta delimitação temporal.

Quadro 7 – Cronograma das Atividades – 2017/2018

ATIVIDADES	2017			2018									
	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out
Elaboração do Guia de Boas Práticas													
Reflexão sobre Atividades de gestão SST - ETTs													
Elaboração de suportes de informação													
Ação inspetiva													
Avaliação da Campanha													
Seminário de Encerramento													

Conclusões

No desenvolvimento das atividades da Campanha destacam-se os seguintes aspetos:

- Todos os parceiros da Campanha demonstraram espírito de parceria e de colaboração com vista à concretização dos objetivos definidos no Programa Enquadrador, designadamente através da adesão às sessões realizadas;
- As ações de sensibilização e informação abrangeram os públicos-alvo previstos no Programa Enquadrador – empresas de trabalho temporário; empresas utilizadoras; prestadores de serviços de segurança e saúde no trabalho e trabalhadores temporários;
- As metas definidas pela ACT, no que respeita às ações de sensibilização, foram ultrapassadas;
- Esta Campanha suscitou grande interesse da parte das Escolas Profissionais e estabelecimentos de ensino superior, permitindo um melhor esclarecimento sobre uma temática, para os jovens a ingressar no mercado de trabalho;
- O interesse demonstrado nas iniciativas da Campanha por parte dos técnicos de SST;
- A atividade inspetiva iniciou-se com a realização de primeiras visitas entre 01 de fevereiro e 31 de maio/2017, tendo sido realizadas visitas inspetivas de acompanhamento, até 30 de setembro/2017.

Um conjunto de constatações relativas a algumas atividades de informação ainda não integralmente desenvolvidas e ao lançamento de uma campanha europeia com a mesma temática recomendam o prolongamento e a reformulação/reprogramação das atividades da Campanha, de acordo com o quadro supra (Quadro 2). Essas constatações podem enunciar-se como segue:

- A recolha de boas práticas na colocação e acolhimento dos trabalhadores temporários ainda se encontra em curso, prevendo-se a conclusão de todas as

visitas no decurso do mês de outubro de 2017, para posterior elaboração do Guia de Boas Práticas;

- As questões colocadas no decurso da Campanha irão ser alvo de uma reflexão conjunta (com os parceiros) de forma a consensualizar entendimentos, com o objetivo de elaborar suportes informativos adequados, para divulgação;
- Encontram-se a decorrer, até outubro de 2018, as atividades da Campanha Europeia do CARIT sobre a mesma matéria - Segurança e Saúde para os Trabalhadores Temporários // *"Safety and Health of Temporary Agency Workers"*.